

Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

UASG: 395001 - EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A - EPL**Licitação nº:** 5/2021 **Modo de Disputa:** Fechado**Número do Item:** 1**Nome do Item:** Estudos e Projetos de Viabilidade Técnico - Econômico**Tratamento Diferenciado:** Sem benefícios**Sessões Públicas:** **Atual**

Recursos do Item - Sessão Pública 1 (Atual)

22.111.570/0001-91 - HOUER CONSULTORIA E CONCESSOES LTDA

17.469.843/0001-34 - INFRACEA CONTROLE DO ESPACO AEREO, AEROPORTOS E CAPACIT

Intenção de Recurso

Data/Hora: 09/06/2021 10:34**Julgamento de Proposta:** Declaro que desejo entrar com intenção de recurso na fase de julgamento de proposta**Habilitação de Fornecedor:**

Recurso

Data/Hora: 16/06/2021 16:06

Motivo do Recurso / Justificativa da Desistência: À Coordenação de Licitação RCE ELETRONICO Nº 05/2021 Att. Presidente da Comissão RCE ELETRONICO Nº 05/2021 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 50840.100485/2021-50 INFRACEA CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO, AEROPORTOS E CAPACITAÇÃO, licitante já devidamente qualificada nos autos do procedimento licitatório em epígrafe, por intermédio do seu representante legal, Sr. FERNANDO AUGUSTO MASCHIO DE SIQUEIRA, portador da carteira de identidade nº 449.575, expedida pelo COMAER, e CPF: 61242829687, vem, com fundamento na legislação vigente, em especial a que será mencionada nesta peça, e consoante regras previstas no instrumento convocatório em referência apresentar RECURSO ADMINISTRATIVO Em face da equivocada habilitação do Consórcio formado pelas empresas EAGLE CONSULTORIA ECONÔMICA E DE ENGENHARIA LTDA. E RICCI E SANTOS SOCIEDADE DE ADVOGADOS, requerendo, desde já, que seja a presente dirigida à autoridade imediatamente superior, caso V.Sª não entenda e se convença das razões abaixo expostas e, "sponte própria", não proceda com a reforma da decisão ora atacada. I- DA PRELIMINAR A) DA TEMPESTIVIDADE O presente recurso é fundado e tempestivo nos termos da Ata de realização do RDC Eletrônico, lavrada em 09/06/2021, que concede prazo recursal até 16/06/2021 I - DOS FATOS A Recorrente se prontificou a participar do processo licitatório que tem como objeto a Contratação de pessoa jurídica, ou consórcio de pessoas jurídicas, para elaboração de Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica, Ambiental e Jurídica ("ESTUDOS") e proposição de minutas de documentos jurídicos para subsidiar a modelagem de parceria público-privada, na modalidade concessão patrocinada ("PPP" ou "CONCESSÃO PATROCINADA"), para expansão, exploração e manutenção de bloco de 8 (oito) aeroportos outorgados a municípios do Estado do Amazonas". A sessão foi realizada em 31/05/2021 e teve início com a abertura das propostas tendo a empresa ora Recorrida oferecido o menor preço. Ato contínuo, foi concedido prazo para que a Recorrida apresentasse a documentação exigida no instrumento convocatório, nos termos dos itens 6.11, 6.12 e 8 do Edital. Neste ponto, vale destacar os seguintes pontos. Colacionamos. 6.11. Por convocação do Presidente da Comissão, a licitante melhor classificada deverá encaminhar, no prazo de máximo de até 03 (três) horas, contado da informação para tanto, a PROPOSTA DE PREÇO FINAL e a documentação de

HABILITAÇÃO por meio da opção "Enviar anexo" (...) 8. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO (...) 8.6. Ainda para fins de habilitação, todos os licitantes deverão apresentar, obrigatoriamente, sob pena de inabilitação, nos termos do subitem 8.8 deste edital, os seguintes documentos: (...) Às 12:04, esta i. Comissão certificou o recebimento da documentação da Recorrida, suspendendo a sessão para análise. Colacionamos. Presidente fala para EAGLE CONSULTORIA ECONOMICA E DE ENGENHARIA LTDA - Conforme subitem 6.11 do Edital: "Por convocação do Presidente da Comissão, a licitante melhor classificada deverá encaminhar, no prazo de máximo de até 03 (três) horas, contado da intimação para tanto, a PROPOSTA DE PREÇO FINAL e a documentação de HABILITAÇÃO por meio da opção Enviar anexo". 31/05/2021 10:03:10 Fornecedor responde: 31/05/2021 11:35:16 Prezado Presidente, enviamos a documentação conforme solicitado. Presidente fala para EAGLE CONSULTORIA ECONOMICA E DE ENGENHARIA LTDA - Prezado Licitante, informamos que a documentação foi recebida dentro do prazo estabelecido. 31/05/2021 12:04:05 Presidente fala: esclarecemos que a sessão será suspensão, a partir deste momento, para análise da proposta de preços e da documentação de habilitação apresentada, e será retomada em 01/06/2021, às 16:00 horas para prosseguimento do certame Em 01/06 foi lavrado por esta Comissão o Parecer de Habilitação nº3/2021 que, ao analisar a documentação colacionada pela Recorrente, assim se manifestou: 4. ANÁLISE TÉCNICA DA PROPOSTA COMERCIAL (...) 4.5. Ainda, no que se refere a exequibilidade da proposta apresentada, considerar-se-á o atendimento aos dispositivos previstos no Edital, condicionado a comprovação da sua exequibilidade, após diligência. (...) 5. ANÁLISE TÉCNICA DA HABILITAÇÃO JURÍDICA E DA REGULARIDADE FISCAL (...) 5.2. Sob tais disposições, a CEL procedeu com as consultas indicadas nos sites governamentais e colacionou os comprovantes habilitatórios da Eagle Consultoria Econômica e de Engenharia LTDA e Ricci e Santos Sociedade de Advogados (empresa consorciada), no documento intitulado "Certidão SICAF - TCU consolidado (SEI nº 4159397) ", verificando-se o integral cumprimento dos requisitos constantes do item 8.2 do Edital. 6. ANÁLISE TÉCNICA DA HABILITAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA (...) (...) Foi encaminhado pela licitante Certidão de falência e concordatas diferente da sede do Licitante - SEI nº 4158745, em desconformidade com as exigências do Edital subitem 8.5.1 do Anexo I do Edital, bem como não foi encaminhada Certidão Negativa de Falência e Concordata da empresa RICCI E SANTOS SOCIEDADE DE ADVOGADOS (empresa consorciada) 6.3. Comprovação do Patrimônio Líquido ou Capital Social de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação; (...) Verifica-se por meio dos documentos "Habilitação - (SEI nº 4158745)", a comprovação do patrimônio e capital superiores aos exigidos no Edital, motivo pela qual certifica-se o integral cumprimento dos requisitos constantes do item 8.5.2, do Anexo I - Projeto Básico (SEI nº4144108), do Edital. 6.4. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social: (...) Verifica-se por meio dos documentos "Habilitação (SEI nº 4158745)", a apresentação de balanço referente ao Exercício de 2020 cujo encontra-se válido consoante as disposições do art. 5º, da Instrução Normativa nº 2.003, de 18 de janeiro de 2021, motivo pela qual certifica-se o integral cumprimento dos requisitos constantes do item 8.5.3., do Anexo I – Projeto Básico (SEI nº 4144108), do Edital. 7. ANÁLISE DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL E TÉCNICO-PROFISSIONAL 7.1. Considerando que os conteúdos dos atestados de capacidade técnica operacional e profissional são eminentemente técnicos, a CEL entende antes de decidir sobre a habilitação acerca dos documentos apresentados pela submissão dos atestados/comprovações a análise e manifestação da unidade técnica demandante, nos termos do item 7.2, do Edital: 7.2 – A CEL se subsidiará de parecer de técnico da área requisitante pertencente ao quadro da EPL, para orientar o julgamento da proposta. 8. DOCUMENTOS RELACIONADOS 8.1. Nos termos do subitem 18.1., do Edital foi requerido a apresentação dos anexos III a VI, não sendo apresentados os anexos constantes nos documentos, em desconformidade com exigências do Edital. 8.2. Contudo, considerando que os documentos alhures não alteram a formulação da proposta, será realizado diligência caso haja manifestação da unidade técnica favorável acerca da habilitação técnica. 9. CONCLUSÃO 9.1. Diante do exposto, esta Comissão Especial entende que: 9.1.1. a documentação de Proposta Comercial poderá ser aceita, mediante o atendimento das considerações elencadas abaixo; 9.1.2. a documentação de habilitação (Jurídica e Fiscal) atendeu todas as exigências previstas nos subitens 8.2 e 8.3 do Edital; 9.1.3. quanto a documentação de habilitação (Econômico-financeira), será realizado diligência à licitante quanto a apresentação de Certidão de Falência e Concordata; 9.1.4 quanto aos anexos II a VI não apresentados, será realizado diligência à licitante para envio dos aludidos; e 9.1.5. acerca da exequibilidade da proposta será solicitado informações complementares a licitante, conforme item 7.3.2 do Edital. Em 01/06, foi lavrada a Nota Técnica nº 7/2021, relativa aos requisitos de habilitação técnica da licitante que ofertou o menor preço. Em relação à análise dos documentos referentes a qualificação técnica, assim se manifestou a Diretoria de Planejamento: 18. Apesar de no currículo do indicado constarem diversas atividades no setor de transportes e logística, o Consórcio não juntou documentos aptos a comprovar o tempo de experiência requerido. Essa documentação pode - e deve - englobar a apresentação de atestados (declarações, produtos elaborados, contratos, confirmação de elaboração por contratantes etc.) que comprovem, sem margem a dúvida, que o profissional indicado detém experiência no setor em questão. O item 8.4.3 do Projeto Básico é expresso ao afirmar que ao currículo devem ser anexados "atestados ou certidões indicando que o profissional seja parte da equipe técnica da Contratada, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, neles constando os contratos, nomes do contratado, do contratante e discriminação dos serviços, aptos a comprovar o setor e o tempo de experiência do profissional". 19. Assim, na melhor das hipóteses, a licitante comprovou tempo de experiência de, no máximo, 3 anos e 3 meses no setor de infraestrutura de transportes e logística. 20. Tendo em vista o exposto, sugere-se que a Comissão Especial de Licitação faça diligência para que o Consórcio tenha a oportunidade de comprovar, nos atestados já encaminhados, tempo de experiência de "profissional com mais de 10 (dez) anos de experiência no setor de infraestrutura de transportes e logística", nos termos do item 8.4 do Projeto Básico. Em relação à Exequibilidade da oferta, a Diretoria de Planejamento assim se manifestou: (...) 24. Pois bem. Aplicando-se as regras do instrumento convocatório para análise de exequibilidade, tem-se que a proposta do Consórcio Eagle-Ricci é manifestamente inexecutável, porquanto 70% menor do que "média aritmética dos valores das propostas

superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração" (...) 25. Note-se que não há, aqui, faculdade para aplicação do método legal e editalício para análise de exequibilidade da proposta. Trata-se de dever do gestor aplicá-lo e informar o resultado, que é objetivo. 26. Sem embargo, em atenção aos postulados constitucionais do contraditório e da ampla defesa, conforme jurisprudência do Tribunal de Contas da União (v. Acórdão 1.695/2019 - Plenário), importa consignar a presunção de inexecutabilidade da oferta apresentada e, consequentemente, oportunizar ao licitante defender a exequibilidade de sua proposta. É o que preveem, de modo expresso, os itens 7.3.2 e 7.3.3 do Edital (...) 27. Assim, pelas razões acima aduzidas, nos termos do item 7.2.3 do Edital, sugere-se que a Comissão oportunize defesa ao licitante para demonstração da exequibilidade de sua proposta em prazo compatível, mediante a apresentação de documentos capazes de comprovar que o valor de sua proposta é adequada à execução do objeto, mediante, por exemplo, a juntada de planilha orçamentária detalhada, acompanhada das devidas justificativas VII – CONCLUSÃO 28. Fez-se análise pormenorizada dos documentos de habilitação técnica apresentados pelo Consórcio Eagle-Ricci, formado pelas empresas Eagle Consultoria Econômica e de Engenharia Ltda. e Ricci e Santos Sociedade de Advogados (SEI 4158745). 29. Analisados os documentos, chegou-se à conclusão de que o Consórcio não atendeu à integralidade dos requisitos previstos no Edital RCE nº 05/2021. 30. Dessa forma, sugere-se à Comissão Especial de Licitação tomar as providências referidas nos itens 20 e 27 desta Nota Técnica. Em 01/06, reaberta a sessão, o Presidente da Comissão informou que não havia sido finalizada a análise da documentação, postergando a sessão para dia 04/06. Reaberta a sessão no dia 04/06, esta i. Comissão informou parcialmente o parecer da área técnica, (Nota Técnica nº 06 cuja conclusão foi pelo não atendimento as regras do Edital), solicitando a Recorrida as seguintes diligências: 1 - Comprovar, nos atestados já encaminhados, tempo de experiência de "profissional com mais de 10 (dez) anos de experiência no setor de infraestrutura de transportes e logística", nos termos do item 8.4 do Projeto Básico. 2 - Nos termos do item 7.2.3 do Edital, que essa Empresa demonstre a exequibilidade de sua proposta em prazo compatível, mediante a apresentação de documentos capazes de comprovar que o valor de sua proposta é adequado à execução do objeto, mediante, por exemplo a juntada de planilha orçamentária detalhada, acompanhada das devidas justificativas. Concedeu prazo para que a Recorrida colacionasse a documentação exigida no prazo de 2 horas, a partir de 15h:17min. Apresentada a documentação, a sessão foi novamente suspensa para análise da documentação colacionada. Nos termos da Nota Técnica nº 07/2021, o Consórcio teria apresentado a documentação supracitada. A fim de suprir a primeira exigência, "Comprovar, nos atestados já encaminhados, tempo de experiência de "profissional com mais de 10 (dez) anos de experiência no setor de infraestrutura de transportes e logística", nos termos do item 8.4 do Projeto Básico", a Recorrida colacionou aos autos o currículo do Sr. Tiago Buss e cópia de sua carteira de trabalho. A fim de cumprir a segunda exigência, "apresentação de documentos capazes de comprovar que o valor de sua proposta é adequado à execução do objeto, mediante, por exemplo a juntada de planilha orçamentária detalhada, acompanhada das devidas justificativas", a Recorrida colacionou aos autos planilha com valores atribuídos sem qualquer fundamento. Em 07/06, reaberta a sessão, foi concedido prazo de 30 minutos para que a Recorrida colacionasse aos autos documentos que deveriam ter sido apresentados, sob pena de inabilitação, no dia 31/05! Surpreendentemente, esta i. Comissão, alegando a aplicabilidade do Princípio do Formalismo moderado, concedeu o prazo supra referenciado para que a Recorrida colacionasse a certidão negativa de pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, da empresa EAGLE CONSULTORIA ECONOMICA E DE ENGENHARIA LTDA, vez que a colacionada aos autos não havia sido expedida pelo distribuidor da sede do licitante, a certidão negativa de falência e Concordata da empresa RICCI E SANTOS SOCIEDADE DE ADVOGADOS, que não havia sido juntada aos autos e os Anexos III a VI do instrumento convocatório. Enviada a documentação pela Recorrida, a sessão foi novamente suspensa, remarcada para 09/06/2021. Reaberta a sessão, a Recorrida foi declarada vencedora do certame. Entretanto, analisando a documentação apresentada, em consonância com os termos do Edital, em especial os itens supra referidos, observa-se que esta i. Comissão não analisou a documentação apresentada pela Recorrida, com o costumeiro cuidado, o que ocasionou injusta habilitação de empresa que não cumpriu com os requisitos mínimos exigidos. Vejamos. III - DO MÉRITO Cumpre ressaltar que é pacífica na doutrina e na jurisprudência a lição que o edital faz lei entre as partes. Consoante dispõe o art. 41 da Lei 8.666/93, a Administração encontra-se estritamente vinculada ao edital de licitação, não podendo descumprir as normas e condições dele constantes. Em parecer técnico, esta i. Comissão se manifestou pela habilitação da Recorrida, após análise dos documentos acostados ao Processo Administrativo. Entretanto, a documentação apresentada não cumpre os requisitos exigidos no Edital de Regência. Vejamos. A) DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA Conforme parecer da Habilitação da Comissão de Licitações "Foi encaminhado pela licitante Certidão o de falência e concordatas diferente da sede do licitante - SEI nº 4158745, em desconformidade com as exigências do Edital subitem 8.5.1 do Anexo I do Edital, bem como não foi encaminhada Certidão Negativa de Falência e Concordata da empresa RICCI E SANTOS SOCIEDADE DE ADVOGADOS (empresa consorciada)." Note-se que o item 8.6, prevê a apresentação dos documentos de habilitação, sob pena de inabilitação. Colacionamos 8.6. Ainda para fins de habilitação, todos os licitantes deverão apresentar, obrigatoriamente, sob pena de inabilitação, nos termos do subitem 8.8 deste edital, os seguintes documentos: 8.6.1. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira: 8.6.1.1. Os critérios referente à Qualificação Econômico-financeira são aquelas estabelecidas no subitem 8.5 do Anexo I – Projeto Básico EPL (SEI nº 4013366) deste Edital. 8.6.1.2. Além das exigências previstas no subitem 8.5 do Anexo I - Projeto Básico, no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade; 8.5 do Anexo I – Projeto Básico EPL 8.5. Para HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, deverá ser apresentada: 8.5.1. Certidão Negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante ou apresentação de plano de recuperação aprovado e homologado judicialmente, com a recuperação judicial já deferida. Embora seja determinação editalícia, o Recorrido apenas colacionou a certidão necessária após diligência da Comissão de Licitação, em 07/06/2021. Dessa forma, não cumprido com item

essencial, deve a Recorrida ser inabilitada. B) DA DOCUMENTAÇÃO A FIM DE COMPROVAR A EXPERIÊNCIA DE 10 ANOS NO SETOR DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA Ab initio cumpre ressaltar que a Diretoria de Planejamento, através da Nota Técnica nº 7/2021, após análise minuciosa da documentação do Sr. Tiago Buss, apontado pelo Consórcio como o Coordenador Geral, concluiu pela não comprovação de 10 anos de experiência. Assim, sugeriu a esta i. Comissão que diligenciasse junto a ora Recorrida, a fim de conceder a oportunidade de que esta comprovasse, NOS ATESTADOS JÁ ENCAMINHADOS o período de 10 anos de experiência. Importante frisar que foi concedido à Recorrida o direito de comprovar o período de experiência tendo como base os Atestados já encaminhados. Contudo, a Recorrida colacionou aos autos novos documentos - Currículo Lattes e cópias de sua carteira de trabalho do Sr. Tiago Buss, intempestivamente e que não se prestam a comprovar o tempo de experiência exigido no instrumento convocatório. Ressalte-se que, nos termos do item 8.4.3, do Anexo I, Projeto Básico, "ao Currículo referido neste item deverão ser anexados atestados ou certidões indicando que o profissional seja parte da equipe técnica da Contratada, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, neles constando os contratos, nomes do contratado, do contratante e discriminação dos serviços, aptos a comprovar o setor e o tempo de experiência do profissional". Observe-se as fichas de admissão de sua CTPS não comprovam a participação do Sr. Tiago na equipe técnica em estudos da contratada. Não há qualquer certidão ou atestado que comprove sua experiência. A declaração de experiência profissional é fornecida pelo próprio profissional! Dessa forma, não comprovando a experiência de 10 anos, através de atestados colacionado à habilitação na data prevista para tanto, 31/05/2021, deve a Recorrida ser inabilitada por descumprimento ao item 8.4 do Plano Básico. C) DA DOCUMENTAÇÃO A FIM DE COMPROVAR A EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA A Diretoria de Planejamento, através da Nota Técnica nº 7/2021, ao analisar a exequibilidade da proposta da Recorrida, a pedido desta i. Comissão, se manifestou, após aplicação do método legal, no sentido de ser aquela manifestamente inexecutável. Destacou, ainda, que não havia faculdade "para aplicação do método legal e editalício para a análise da exequibilidade da proposta. Trata-se de um dever do Gestor aplicá-lo e informar o resultado, que é objetivo." Tendo em vista o caráter relativo da inexecutabilidade da proposta, vez que a lei permite a demonstração contrária, através de documentos, a Diretoria de Planejamento sugeriu que esta i. Comissão abrisse prazo para que a Recorrida demonstrasse a exequibilidade de sua proposta, nos seguintes termos: "2 - Nos termos do item 7.2.3 do Edital, que essa Empresa demonstre a exequibilidade de sua proposta em prazo compatível, mediante a apresentação de documentos capazes de comprovar que o valor de sua proposta é adequado à execução do objeto, mediante, por exemplo a juntada de planilha orçamentária detalhada, acompanhada das devidas justificativas". Embora a solicitação fosse a de juntada de planilha orçamentária DETALHADA, acompanhada das devidas justificativas, a Recorrida colacionou à documentação, planilha em Excel, extremamente genérica, sintética, sem qualquer suporte fático, com por exemplo, contratos de objetos similares executados pelo preço apresentado. Não há justificativa de que o preço seja realmente executável. Neste ponto, ressaltamos que a quantidade de profissionais alocados não é suficiente para a execução dos serviços. Os custos não contemplam sequer os pisos salariais e benefícios previstos em Convenção Coletiva de Trabalho, constando apenas o valor base do salário de cada profissional. Os encargos (84,04%) não são justificados, sendo apresentado apenas valor único, sem indicação de sua composição. A estimativa do tempo de contratação dos profissionais não condiz com o cronograma financeiro. Foram considerados 9 meses de efetivo trabalho dos profissionais Advogado, Engenheiros Civil e ambiental, Arquiteto, Administrador e Especialista Aeroportuário. Inclusive, em relação a este último profissional nos causa estranheza o período considerado de trabalho, bem como o salário considerado, vez que a função do especialista é justamente a de maior importância/parcela do objeto. Ademais, observa-se que os percentuais de tributos apresentados na planilha, são condizentes com empresas optantes do Simples Nacional. Contudo, não há nos autos qualquer comprovação de que a empresa é, de fato, optantes do Simples nacional. Como o orçamento apresentado é genérico e não analítico como o solicitado pela Comissão, não há como comprovar sua adequação à média de mercado, em desacordo com o constante no edital. Destaque-se, por oportuno, que o valor final proposto pela Recorrida, é extremamente inferior à média dos valores apresentados por empresas especializadas, na fase de cotação. Importante destacar que, o estudo que contemplava apenas 1 Aeroporto - Aeroporto de Parnaíba, realizado pela Empresa Ricci, apresentou um valor 200% superior ao ora apresentado para o estudo de 8 Aeroportos. Obviamente resta configurada a inexecutabilidade da proposta! Destacamos que a argumentação trazida por esta i. Comissão em relação a aplicação do Princípio do Formalismo Moderado, em detrimento ao Princípio da Vinculação ao Edital, não pode ser a qualquer custo. Deve haver segurança jurídica nas decisões tomadas pela Administração, sob pena de responsabilização de seus Gestores. Observa-se que o Princípio do Formalismo moderado é aplicável a erros ou falhas formais (de mera forma, que não digam respeito ao conteúdo dos atos). Estes poderão ser saneados pela comissão, como por exemplo: se o edital exigiu os documentos ou proposta em duas vias e o licitante trouxe apenas uma via, se a proposta está devidamente assinada apenas faltando a rubrica, se o dossiê de documentos ou proposta não foi numerado, todos os documentos exigidos constam do dossiê mas foram incluídos fora da ordem exigida no edital, todos defeitos meramente formais que podem ser saneados e não causam a inabilitação ou desclassificação do licitante. Contudo, tal princípio não poder aplicado aos erros substanciais (dizem respeito à substância, essência, natureza do ato). Estes não admitem a correção, caso contrário violaria o princípio da igualdade entre os ofertantes. É necessário analisar as consequências no mundo jurídico das irregularidades apontadas na documentação e proposta da Recorrida. A principal consequência é a violação ao Princípio da Isonomia, consagrado na Constituição Federal, art. 5º. Colacionamos. Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) Dessa forma sendo de responsabilidade da Recorrida apresentar a documentação tal como exigido em Edital, ônus cumprido pelas demais licitantes, ou apresentar a documentação tal como exigido nas diligências realizadas pela Comissão, não o fazendo, burla o processo licitatório. No mesmo sentido

determina a Lei nº 8.666/93. Colacionamos. Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. Tais princípios se apresentam como o alicerce das normas que regem os atos administrativos e devem ser obedecidos, sob pena de restar frustrada a validade e eficácia da licitação pública. Não há que se discutir a supremacia do princípio da isonomia nos procedimentos licitatórios, cabe à Administração primar pelo seu certame, para que nele, sejam respeitados os princípios basilares das concorrências públicas. Dessa forma não há como se falar em procedimento legal, haja vista que a Recorrida além de omitir documentação exigida expressamente em Edital, prejudicando os demais licitantes, não cumpre com a determinação emanada da própria Comissão. Em caso de permanência da empresa Recorrida como vencedora do certame incorrerá esta Comissão em irregularidade. Assim, deve a Recorrida ser desclassificada. D) DO IMPRESCINDÍVEL RESPEITO AO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO O Princípio da vinculação ao instrumento convocatório, ao mesmo tempo em que privilegia a transparência do certame, garantindo a plena observância dos princípios da igualdade, impessoalidade, publicidade, moralidade e probidade administrativa, preceitua que o julgamento das propostas seja o mais objetivo possível, nos exatos termos das regras previamente estipuladas. Este é o entendimento do Tribunal de Contas da União, colacionamos: "É obrigatória vinculação do contrato à proposta do contratado e aos termos da licitação realizada, ou aos termos do ato de dispensa ou de inexigibilidade de licitação. Nos termos do art. 41 da Lei nº 8.666/1993 a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada. Acórdão 1060/2009 Plenário" "Abstenha-se de aceitar propostas de bens com características diferentes das especificadas em edital, em respeito ao princípio de vinculação ao instrumento convocatório, consoante o art. 3º da Lei nº 8.666/1993. Acórdão 932/2008 Plenário" "Faça constar dos termos de contratos cláusula que estabeleça sua vinculação ao edital de licitação, conforme o art. 55, XI, da Lei no 8.666/1993. Acórdão 2387/2007 Plenário" "Observe rigorosamente o princípio da vinculação ao edital, previsto nos arts. 3º e 41, da Lei nº 8.666/1993, abstendo-se de efetuar prorrogações de contratos não previstas. Acórdão 1705/2003 Plenário" "Observe que o instrumento de contrato vincula-se aos termos da licitação, conforme disposto no art. 54, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, não podendo acrescentar direitos ou obrigações não previstos no instrumento convocatório. Acórdão 392/2002 Plenário" "Observe a obrigatoriedade de vinculação entre o edital e o contrato prevista no art. 41 da Lei nº 8.666/1993. Acórdão 286/2002 Plenário" "Deve ser cumprido o disposto no art. 54, § 1º, da Lei no 8.666/1993, no que tange à conformidade entre os contratos assinados com os termos das respectivas licitações e propostas a que se vinculam. Decisão 168/1995 Plenário" "Abstenha-se de modificar, mediante tratativas com as empresas participantes do certame, a natureza e as características do objeto licitado, em atendimento ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, estabelecido no art. 3º da Lei no 8.666/1993. Acórdão 3894/2009 Primeira Câmara" "Observe, na elaboração dos contratos, os termos da licitação e da proposta a que se vinculam, bem assim do ato que autorizou a dispensa ou inexigibilidade e respectiva proposta, conforme disposto no art. 54 da Lei nº 8.666/1993. Decisão 107/1995 Segunda Câmara" Ao comentar o art. 41 da Lei 8.666/93, o Prof. Marçal Justen Filho, em sua obra "Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos", ensina que "O descumprimento a qualquer regra do edital deverá ser reprimido, inclusive através dos instrumentos de controle interno da Administração Pública". No ensinamento do Prof. Hely Lopes Meirelles, em sua obra "Licitação e Contrato Administrativo", "Nada se pode exigir ou decidir além ou aquém do edital, porque é a lei interna da concorrência e da tomada de preços". Assim, em obediência ao Princípio da Isonomia a ao Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, deve a Recorrida ser inabilitada por descumprimento dos termos do Edital, seguindo-se com os demais atos do certame sem a sua participação. IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS Observe-se que o fracasso de licitação por falta da Administração, mesmo depois da falha ter sido apontada para o responsável, implica em ocorrência de erro grosseiro, passível de responsabilização pessoal do responsável/responsáveis ; portanto, em virtude do poder de autotutela possuído pela Administração, em prol do interesse público e pelos fatos apresentados, é necessário que a decisão ora atacada seja reformada. Assim sendo, serve o presente recurso como uma tentativa administrativa de modificar a decisão proferida por esta r. Comissão, que declarou a Recorrida habilitada para prosseguir no certame, apesar de não haver atendido as exigências legais do Edital de Licitação. Não sendo o mesmo julgado procedente, não restará alternativa à Recorrente, senão buscar junto ao Poder Judiciário a solução para a ilegalidade acima apontada, nos termos do Art. 5º, LXIX, da Constituição Federal. V - DO PEDIDO Ante o exposto, requer-se seja conhecido o presente recurso administrativo, para posterior desclassificação do Consórcio EAGLE CONSULTORIA ECONÔMICA E DE ENGENHARIA LTDA. E RICCI E SANTOS SOCIEDADE DE ADVOGADOS, devido à falta de apresentação de documentação necessária a comprovação de sua capacidade, bem como falta de comprovação da exequibilidade de sua proposta.; Termos em que pede deferimento.

Contrarrazão

17.940.831/0001-46 - EAGLE CONSULTORIA ECONOMICA E DE ENGENHARIA LTDA

Data/Hora: 23/06/2021 16:27

Motivo da Contrarrazão/Justificativa da Desistência: À COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO RCE ELETRONICO N.º 05/2021, Processo n.º 50840.100485/2021-50 Interessado: Empresa de

Planejamento e Logística S.A. - EPL Assunto: Análise dos documentos encaminhados em sede de diligência pelo consórcio formado pelas Empresas Eagle Consultoria Econômica e de Engenharia LTDA. e Ricci e Santos Sociedade de Advogados, no âmbito do EDITAL RCE n.º 05/2021. CONSÓRCIO EC – RSA, formado pela Empresa Eagle Consultoria Econômica e Engenharia Ltda. (“EC Projetos”) e pela Ricci e Santos Sociedades de Advogados (“RSA”), devidamente qualificadas nos autos do processo de número em epígrafe, vem, respeitosa e tempestivamente, à presença de Vossa Senhorias, apresentar CONTRARRAZÕES ao recurso interposto por INFRACEA CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO, AEROPORTOS E CAPACITAÇÃO LTDA., também devidamente qualificada nos autos do processo de número em epígrafe, contra a decisão que declarou habilitado o CONSÓRCIO EC – RSA no processo licitatório em epígrafe, consoante motivos de fato e de direito a seguir aduzidos: I. A TEMPESTIVIDADE De acordo com o Edital RCE n.º 05/2021, o prazo para apresentação de contrarrrazões é de cinco dias, conforme Item 11.2.2. Ainda de acordo com o Item 11.2.2., o dies a quo para apresentação de contrarrrazões é a data final para apresentação de recurso. Considerando a data fatal para interposição de recurso era o dia 16 de junho de 2021, o prazo para apresentação de contrarrrazões está previsto para findar em 23 de junho de 2021, de modo que se considera tempestivo a petição atravessada na presente data. II. A SÍNTESE DAS CONSIDERAÇÕES DESENVOLVIDAS EM SEDE DE RECURSO No recurso interposto por INFRACEA, defende-se a incorreção da decisão que declarou a habilitação do CONSÓRCIO EC – RSA para o presente procedimento licitatório, em razão dos argumentos abaixo elencados: • Ausência de Comprovação de Capacidade Econômico-Financeira, em razão da posterior juntada dos documentos necessários; • Não Comprovação de Capacidade Técnica, em razão da suposta não comprovação de experiência de 10 (dez) anos no Setor de Infraestrutura de Transportes e Logística; • Apresentação de Preços Inexequíveis; No decorrer do seu recurso – sem apresentar quaisquer justificativas – a RECORRENTE afirma que a comissão de licitação teria incorrido em erro grosseiro, o que verdadeiramente não condiz com a realidade. A RECORRENTE, mais uma vez de forma grave, acusa a existência de suposta violação ao princípio de Vinculação ao Instrumento Convocatório, desprezando, por completo e na linha do que se verá na sequência, o que se disciplina o artigo 55, inciso VI, da Lei 13.303/2018 e dos artigos 90 e 97, ambos do Regulamento de Licitação da EPL. Na sequência, conforme se verá, será demonstrada a incorreção da linha argumentativa desenvolvida pela INFRACEA, com a consequente manutenção da decisão que entendeu por declarar a habilitação do CONSÓRCIO EC – RSA para o presente procedimento licitatório. III. OBSERVAÇÕES PRELIMINARES Em seu recurso, a RECORRENTE, sem quaisquer evidência ou argumentos para subsidiar suas alegações, imputa a Comissão de Licitação a prática de erro grosseiro, que se qualifica como infração grave, passível de punição na esfera administrativa e judicial. “Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados. § 1º Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, serão consideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente. § 2º Na aplicação de sanções, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a administração pública, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do agente. § 3º As sanções aplicadas ao agente serão levadas em conta na dosimetria das demais sanções de mesma natureza e relativas ao mesmo fato. (...) Art. 28. O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro.” (grifos acrescidos) . A acusação, em que pese a sua gravidade, não veio acompanhada de nenhum elemento de prova, representando, a bem da verdade, uma tentativa de se constranger o agente público na análise do recurso. Especificamente quanto ao que se entende por erro grosseiro, sabe-se que o Tribunal de Contas da União delimitou a questão, fornecendo as bases para a qualificação de determinado comportamento como sendo erro grosseiro (ACÓRDÃO 2391/2018 – PLENÁRIO, Relator BENJAMIN ZYMLER, Processo 007.416/2013-0): “Dito isso, é preciso conceituar o que vem a ser erro grosseiro para o exercício do poder sancionatório desta Corte de Contas. Segundo o art. 138 do Código Civil, o erro, sem nenhum tipo de qualificação quanto à sua gravidade, é aquele “que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio” (grifos acrescidos) . Se ele for substancial, nos termos do art. 139, torna anulável o negócio jurídico. Se não, pode ser convalidado. Tomando como base esse parâmetro, o erro leve é o que somente seria percebido e, portanto, evitado por pessoa de diligência extraordinária, isto é, com grau de atenção acima do normal, consideradas as circunstâncias do negócio. O erro grosseiro, por sua vez, é o que poderia ser percebido por pessoa com diligência abaixo do normal, ou seja, que seria evitado por pessoa com nível de atenção aquém do ordinário, consideradas as circunstâncias do negócio. Dito de outra forma, o erro grosseiro é o que decorreu de uma grave inobservância de um dever de cuidado, isto é, que foi praticado com culpa grave. Não é difícil notar que, no presente caso, não se pode falar em erro grosseiro, mas sim em uma atuação escurreita da comissão de licitação que, em observância ao Edital e a Legislação que rege a matéria, fez o correto diálogo entre os princípios da vinculação ao instrumento convocatório e ao princípio do formalismo moderado que, como se sabe, são complementares e se aplicam a hipóteses específicas. Na linha do que se verá a seguir, o entendimento firmado pela Comissão de Licitação está em consonância não só com precedentes do Tribunal de Contas da União, mas com o próprio entendimento sumulado a respeito da matéria, de modo que não se pode falar em reforma da decisão proferida, muito menos em erro grosseiro e responsabilização pessoal do agente público. IV. O MÉRITO DAS PRESENTES CONTRARRAZÕES De saída, observa-se que o Procedimento Licitatório, dentre outros princípios, é orientado pelo

formalismo moderado, caracterizado pela ponderação entre o princípio da eficiência e da segurança jurídica, buscando a proposta mais vantajosa para a administração, garantia de isonomia e promoção do desenvolvimento nacional sustentável. Especificamente quanto à aplicabilidade do princípio do formalismo moderado, nota-se a sua adoção pelo Tribunal de Contas da União – TCU, em inúmeros casos envolvendo procedimentos licitatórios (Acórdão 357/2015-Plenário): “No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados”. O princípio do formalismo moderado ensina que o exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob risco de desclassificação da proposta mais vantajosa e, em última análise, não atendimento do interesse público. Mais de que isso, em sendo constatada omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, deve-se determinar a correção via diligências, tudo conforme entendimento consolidado no âmbito do TCU: “Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências”. (Acórdão 2302/2012-Plenário); Ainda mais interessante, é notar que todos esses entendimentos da Corte de Contas foram exarados considerando o rigorismo determinado pela Lei n.º 8.666/93, a qual deve ser interpretada de maneira ampliada sempre que a aplicação literal e sem reflexão prática de suas disposições restringir ou se apresentar obstáculo para a contratação da proposta mais vantajosa para a Administração, desde que tal ampliação não fira os princípios da ampla competição e paridade entre os concorrentes. Assim, a linha argumentativa segundo a qual seria impossível a juntada de documentos complementares para soluções de irregularidades, fica comprometida, por completo. Não obstante, esclarece-se que à licitante não se aplica, em caráter geral, a Lei Geral de Licitações. A Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL é uma Empresa Pública e seu Procedimento Licitatório não é regulado pela Lei n.º 8.666/93, mas sim pela Lei das Estatais (Lei n.º 13.303/18). Nesse sentido, sabe-se que, por expressa previsão da Lei das Estatais, só será promovida a desclassificação em caso de vícios insanáveis, conforme disposição do artigo 56, inciso I, da Lei n.º 13.303/2018, o que, em outras palavras, é previsão legal do formalismo moderado que já era inteiramente aplicável no âmbito da Lei n.º 8.666/93. No mesmo sentido, inclusive, é a disposição do artigo 55, inciso VI, da Lei 13.303/2018 e dos artigos 90 e 97, ambos do Regulamento de Licitação da EPL, a qual trazem procedimento específico para a solução de irregularidade e complementação de documentos sanáveis. Feita essas observações, sabe-se que as supostas irregularidades apontadas pela RECORRENTE não se qualificavam como insanáveis e foram sanadas mediante a juntada de documentação complementar – que foram julgadas como sendo suficientes pela Comissão de Licitação – de modo que não pode falar em desclassificação da RECORRIDA. Não assiste razão à argumentação segundo a qual a RECORRIDA não teria comprovado a presença de qualificação econômico-financeira, em razão da posterior juntada do documento necessário, tendo em vista que a comissão de licitação se limitou a aplicar, de modo correto, o princípio do formalismo moderado. Diferentemente do que defende a RECORRENTE, para a aplicação do princípio do formalismo moderado, deve-se visar a inexistência de prejuízo para administração e a preservação do interesse público, o que invariavelmente existe no caso em tela. Exatamente por esse motivo, é que a aplicação do princípio do formalismo moderado não pode dar ensejo a alegação de violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, já que ambos os princípios possuem fundamento legal, existindo tão somente um conflito aparente entre eles, que é solucionado pela aplicação do disposto no artigo 55, inciso VI, da Lei 13.303/2018. Não noutro sentido, é o entendimento de Marçal Justem Filho: “Todas as exigências são o meio de verificar se o licitante cumpre os requisitos de idoneidade e se sua proposta é satisfatória e vantajosa. Portanto, deve-se aceitar a conduta do sujeito que evidencie o preenchimento das exigências legais, ainda quando não seja a estrita regulamentação imposta originariamente na lei ou no edital. Na medida do possível, deve promover, mesmo de ofício, o suprimento de defeitos de menor monta. Não se deve conceber que toda e qualquer divergência entre o texto da lei ou do edital conduz à invalidade, à inabilitação ou à desclassificação”. Ainda de acordo com a argumentação desenvolvida pela RECORRENTE, o Consórcio EC – RSA deveria ser desclassificado em razão da suposta inexecutabilidade da oferta por ser inferior a 70% da média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor do orçamento estimado pela empresa pública. A linha argumentativa desenvolvida, contudo, não merece ser acolhida! Nesse sentido, observa-se que a questão da exequibilidade foi questionada pela Comissão de Licitação e, uma vez apresentada planilha com os custos relacionados ao projeto, concluiu-se que o Consórcio EC – RSA havia apresentado orçamento coerente com a execução dos serviços a serem contratados e que por isso a oferta seria exequível. Nota-se que a disposição presente na Lei n.º 13.303/2018 diz respeito a uma presunção relativa de inexecutabilidade e que a Administração tem o dever legal de dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta. Nesse sentido, inclusive, é notar que o Tribunal de Contas da União, de há muito, pacificou essa discussão por meio da edição da Súmula 262, segundo a qual “o critério definido no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas “a” e “b”, da Lei nº 8.666/93 conduz a uma presunção relativa de inexecutabilidade de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta”. Nem se pode alegar, nesse particular, que o referido entendimento só seria aplicável à Lei 8.666/93, pois quando se

compara a redação do artigo 48, inciso II, §1.º, alínea "a" e "b", da Lei n.º 8.666/93 com o artigo 56, inciso III, §3.º, inciso I e II, da Lei n.º 13.303/2018, constata-se que são exatamente as mesmas, de modo que não se justifica a adoção de entendimento diverso. A conduta da comissão de licitação, portanto, foi correta e não comporta quaisquer reparos e, em certa medida, caso seja revisto o entendimento que fora fixado, importaria invariavelmente em uma escolha menos vantajosa e contrária ao interesse público. Ainda nesse particular, nota-se que a argumentação construída pela RECORRENTE de que os profissionais indicados não seriam suficientes, não foi alicerçada em um único elemento presente no Edital, de modo que a adoção do referido entendimento para desclassificar a RECORRIDA seria irregular. Mesmo porque a própria comissão de licitação, de modo expresse, debruçou-se sobre o caráter multidisciplinar da equipe indicada e entendeu ser suficiente para a consecução do projeto no prazo indicado, de modo que as alegações não passam de mero inconformismo da RECORRENTE. Ainda de acordo com a argumentação construída pela RECORRENTE, a RECORRIDA deveria ser desclassificada em razão da ausência de juntada de projetos similares para justificar a oferta realizada, contudo tal obrigatoriedade não consta no edital e, por motivos óbvios, não poderia ser exigida pela Administração, sob risco de se violar a isonomia entre os licitantes. Nesse particular, a menção ao projeto desenvolvido em relação ao Aeroporto de Parnaíba veio desacompanhada de qualquer evidência a comparar a semelhança entre os projetos tanto no que toca ao objeto, extensão ou peculiaridades, o que complete a própria apreciação da argumentação desenvolvida. Mesmo porque é incogitável que a análise da exequibilidade da proposta seja feita com base em uma outra realidade e com fundamento em outro projeto, relativo a outro Estado e com características próprias, completamente desconhecidas pela Comissão de Licitação. A RECORRENTE argumenta ainda que a RECORRIDA não teria feito prova da adoção pelo simples nacional e que isso comprometeria a exequibilidade da oferta. A argumentação, entretanto, não merece ser acolhida, já que a opção pelo simples pode ser constatada mediante simples pesquisa no link: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional/aplicacoes.aspx?id=21>. A RECORRENTE questiona, também, a estimativa do tempo de contratação e os salários informados, contudo não exemplifica o porquê de não ser condizente ou menos o porquê de não ser o salário adequado, sendo alegações amplamente genéricas e impassíveis de ensejar a reforma do entendimento adotado pela Comissão de Licitação. Por outro lado, a RECORRENTE afirmou que a planilha de justificativa dos preços, salários de engenheiro e Arquiteto estaria em valores abaixo do mínimo estabelecido pela entidade pelo CREA e CAU da sua própria região e que isso importaria em comprovação da inexecutabilidade da oferta. Ocorre que o CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA – CADE, por meio de procedimento iniciado a partir de atuação da Superintendência-Geral do CADE – SG, nos termos do art. 13, inciso II da Lei 12.529/11, realizou de ofício, nos dias 18 e 19 de maio de 2015, pesquisa junto aos sítios eletrônicos das organizações representativas dos corretores de imóveis do país com o intuito de verificar se, a exemplo do praticado por outras categorias profissionais, como a de médicos, fotógrafos e contabilistas, também investigadas pela SG e, inclusive, que tem sido alvo de condenações recentes pelo CADE, os órgãos de classe dos corretores de imóveis estariam adotando condutas que poderiam em tese violar a legislação concorrencial brasileira. Nessa oportunidade, o CADE concluiu que as orientações dos órgãos de classe não seriam de observância obrigatória, sendo apenas referencial, sob pena de se violar o direito à concorrência (NOTA TÉCNICA Nº 83/2016/CGAA6/SGA2/SG/CADE): "A atuação das entidades representativas de profissionais deve adstringir-se aos pilares constitucionais, dentre os quais se insere a livre concorrência, e legais, dentre os quais se insere a legislação de defesa da concorrência. Suas atividades, nesse passo, não podem acarretar limitação à liberdade de contratar, cartelizações e tampouco promoverem medidas que prejudiquem competidores e consumidores das benesses de um mercado regido pela livre concorrência. (...) A lei de defesa da concorrência, nesse viés, possui o condão de conferir estabilidade às relações entre os mais diversos agentes econômicos, compatibilizando os múltiplos bens jurídicos tutelados pelo texto constitucional de modo a evitar e/ou reprimir qualquer tipo de distorção que acarrete, por exemplo, limitação ou falseamento da livre concorrência e da livre iniciativa, assim como o abuso de posição dominante". (...) "A jurisprudência do CADE é farta em exemplos de condenações de prática de uniformização de preços praticada por Sindicatos, Associações e Conselhos Profissionais pela adoção de tabelas de preços sugeridos[8] e honorários profissionais[9]. Somente em relação a honorários médicos, o CADE já condenou 73 casos de tabelamento levados a julgamento entre 1996 a 2015[10], inclusive contra o Conselho Federal de Medicina[11]. Recentemente, o CADE também condenou o Conselho Federal de Contabilidade por uniformização de conduta comercial de concorrentes, por influenciar a precificação dos serviços contábeis, mediante divulgação de parâmetros para fixação de preços (Processo Administrativo nº 08012.000643/2010-14, relatado pelo Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo)". Para a solução dessa questão, firmou-se termo de ajustamento de conduta, oportunidade em que se assumiu a obrigação de tonar as referidas tabelas meramente referenciais, no sentido de se permitir a adoção de valores diversos, ainda que em valor menor. Assim, com base no entendimento fixado pelo CADE, pode-se afirmar a inexistência de qualquer irregularidade nos valores apresentados pela RECORRIDA, sendo notório que os valores apresentados estão em um contexto de uma proposta mais vantajosa para administração, de modo que não podem servir de fundamento para a desclassificação da RECORRIDA. A alegação de suposta violação à convenção coletiva também não comporta acolhimento, tendo em vista que a alegação foi amplamente genérica e desacompanhada da indicação de documento que fundamente a sua posição, de modo que a tese desenvolvida sequer pode vir a ser apreciada. Especificamente quanto à Ausência de Cumprimento de Capacidade Técnica

Profissional, observa-se que esta questão já foi objeto de consideração pela comissão de licitação, sendo determinada a juntada de documentos comprobatórios, com posterior decisão aceitando como suficiente os documentos apresentados, conforme se depreende da nota técnica, de modo que não pode falar em irregularidade, a discussão já se encontra totalmente superada e nem foram trazidos argumentos aptos para afastar a conclusão presente na nota técnica. Como reforço dos fatos que já foram exaustivamente comprovados perante a Comissão de Licitação, nota-se que, Além da carteira de trabalho que atesta o trabalho desenvolvido pelo coordenador junto ao Laboratório de Transportes e Logística (Labtrans) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) através de suas Fundações de ensino e pesquisa, seja pela FAPUE, FEESC e FEPESE, instituições de renomes em estudos e projetos de logística do Brasil, foi enviado o Currículo Lattes CNPQ com os diversos estudos realizados em vários modos de transporte ao longo dos últimos 15 anos, conforme relação abaixo: 2018 Plano Mestre do Porto de Itaguaí 2018 Plano Mestre do Complexo Portuário de Rio Grande e Pelotas 2018 Plano Mestre do Complexo Portuário de Fortaleza e Pecém 2018 - Atual Plano Mestre do Complexo Portuário do Rio de Janeiro e Niterói 2018 Plano Mestre do Porto de Angra dos Reis 2018 Plano Mestre do Porto de Porto Alegre 2017 Pesquisas e Estudos para Apoio Técnico à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República SAC/PR no Planejamento do Setor Aeroportuário Brasileiro. Janeiro/2017 2017 Pesquisas e Estudos para Apoio Técnico à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC/PR no Planejamento do Setor Aeroportuário Brasileiro 2017 Pesquisas e Estudos para Apoio Técnico à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC/PR no Planejamento do Setor Aeroportuário Brasileiro 2017 Plano Mestre do Porto de Ilhéus 2017 Plano Mestre do Porto de Natal 2017 Plano Mestre do Complexo Portuário de Recife e Suape 2017 Plano Mestre do Complexo Portuário de Vitória e Barra do Riacho 2016 - 2019 Plano Mestre do Complexo Portuário de São Sebastião - Publicado em 17 de outubro de 2018 2016 - 2019 Plano Mestre do Complexo Portuário de Santos - Publicado em 18 de abril de 2019 2016 - 2018 Plano Mestre do Complexo Portuário de Cabedelo - Publicado em 13 de agosto de 2018 2016 - 2018 Plano Mestre do Complexo Portuário de Imbituba - Publicado em 04 de setembro de 2018 2016 - 2018 Plano Mestre do Complexo Portuário do Itajaí - Publicado em 04 de setembro de 2018 2016 - 2017 Plano Mestre do Complexo Portuário de Santarém - Outubro/2017 2016 - 2017 Plano Mestre do Complexo Portuário de Santana - Outubro/2017 2016 - 2016 Pesquisas e Estudos para Apoio Técnico à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC/PR no Planejamento do Setor Aeroportuário Brasileiro 2016 Plano Mestre do Complexo Portuário de Salvador e Aratu 2016 Plano Mestre do Porto de Areia Branca 2015 - 2018 Plano Mestre do Complexo Portuário do Itaquí - Publicado em 28 de agosto de 2018 2015 - 2018 Plano Mestre do Complexo Portuário de Paranaguá e Antonina - Publicado em 08 de outubro de 2018 2015 - 2017 Suporte à SEP/PR no Planejamento do Setor Portuário Nacional e na Implantação de Projetos de Inteligência Logística Portuária 2015 - 2017 Plano Mestre do Complexo Portuário de Belém e Vila do Conde - Publicado em 04 de dezembro de 2017 2015 - 2017 Plano mestre do complexo portuário de São Francisco do Sul 2015 - 2017 Plano Mestre do Complexo Portuário de Porto Velho - Publicado em 04 de dezembro de 2017 2015 - 2016 Pesquisas e Estudos para Apoio Técnico à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC/PR no Planejamento do Setor Aeroportuário Brasileiro 2014 - 2016 Estudos para Apoio Técnico à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República SAC/PR no Planejamento do Setor Aeroportuário Brasileiro 2014 - 2016 Pesquisas e Estudos para Apoio Técnico à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC/PR no Planejamento do Setor Aeroportuário Brasileiro 2014 - 2016 Pesquisas e Estudos para Apoio Técnico à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC/PR no Planejamento do Setor Aeroportuário Brasileiro 2013 - 2016 Elaboração de Plano de Negócios e Plano de Desenvolvimento e Zoneamento - PDZ, para Desenvolvimento da Companhia Docas do Espírito Santo (CODESA) 2010 - 2014 Pesquisas e estudos para a logística portuária e desenvolvimento de instrumentos de apoio ao planejamento portuário 2010 - 2010 Análise da Concorrência Modal no Mercado de Fretes de Alcool 2009 - 2011 Aprimoramento da Ferramenta ?Sistema Logístico e de Transportes - SisLog? para Análise de Projetos de Transporte 2009 - 2011 Apoio à ANTT no desenvolvimento de metodologia e instrumento para análises de custos ferroviários 2009 - 2010 Estudos de demanda potencial do porto de Itapoá utilizando sistemas de apoio georreferenciados Inexistem dúvidas, portanto, de que a decisão da comissão de licitação é adequada e que merece ser mantida nos seus precisos termos, não se podendo falar em desclassificação em razão da suposta não comprovação de experiência de 10 (dez) anos no setor de infraestrutura de transporte e logística. Assim, com base nas considerações desenvolvidas acima, comprova-se, de um lado, a inexistência de violação ao princípio de vinculação ao instrumento convocatório e, de outro, a escorreita aplicação do princípio do formalismo moderado, bem como a inexistência de quaisquer argumentos aptos a justificar a conclusão de inexistência da oferta ou mesmo pela ausência de documentos aptos a comprovar a capacidade, devendo ser mantida, em seus precisos termos, a conclusão alcançada pela comissão de licitação. V. CONCLUSÕES E PEDIDOS Ante todo o exposto, firme nas razões acima, requer-se seja negado provimento ao recurso, convalidando a decisão da comissão, que corretamente declarou habilitado o CONSÓRCIO EC – RSA no processo licitatório em epígrafe, mantendo-o válido em sua integralidade. Nesses termos pede e espera deferimento. Brasília, 21 de junho de 2021.

12.285.441/0001-66 - TPF ENGENHARIA LTDA

05.093.144/0002-34 - LOGIT ENGENHARIA CONSULTIVA LTDA
--

[Voltar](#)